

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
FUNDAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NA PRODUÇÃO DESTRUTIVA E PERDULÁRIA DO ALIMENTO E DA CIÊNCIA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Felipe Guilherme de Souza	Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário	IMO	Pesquisador Colaborador
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Compreendemos neste estudo certos pormenores da degenerescência humana na ordem de (re)produção capitalista nos complexos alimentar e científico. Para tal, apresentamos em nossa realidade hodierna, algumas das determinações sobre a taxa de utilização decrescente no capitalismo avançado, na qual, conforme Mézsáros, tem atingido a lógica da destruição e da perdularidade na produção do meios de vida. Neste quadro de expansão da barbárie, o alimento tem sido objetivado com sucessivas aplicações de novas técnicas científicas; na mesma medida, são desenvolvida teorias que desvanece e obnubilam o alcance científico, sempre limitado, da consciência sobre leis fundamentais do ser social. Assim, o capital mirando apenas no aumento da rentabilidade do complexo industrial-alimentício, e sem a efetiva preocupação das consequências sócio-ambientais deste processo, determina alguns fenômenos deste período histórico, tais como a fome, o desperício, a falta de qualidade e a adulteração (bio)química do alimento, possibilitando em última instância, o barateamento da força de trabalho. Analisando a necessidade de expansão pretendidamente ilimitada, o mercado demanda uma relação, progressivamente explícita, com o Estado burguês. Este último, na "boa governança global" da crise, forjam um complexo científico inviabilizante de qualquer aproximação da consciência sobre os problemas alimentares oriundos do sociometabolismo capitalista, e desta feita, difunde-se largamente respostas ideológicas, tal como o pensamento pós-moderno, limitadas à mera denúncia (romantizada) dos atuais fenômenos alimentares, bem como o confortável ideal da ontologia transcendental, transportadora das possibilidades de superação para um mundo além de nossa realidade imanente.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Crise Estrutural do Capital. Alimentação. Ciência.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>We understand this study certain details of human degeneration in order to (re) capitalist production in the food and scientific complex. We presented in our present day reality, some of the determinations on the descending utilization rate in advanced capitalism, in which, as Mézsáros, has reached the logic of destruction and perdularidade in the production of livelihoods. In this barbarism expansion board, the food has been objectified with successive applications of new scientific techniques; to the same extent, they are developed theories that desvanece and obnubilam scientific reach, always limited, awareness of the fundamental laws of social being. Thus, the capital aiming only on increasing profitability of industrial-food complex, and without the real concern of the social and environmental consequences of this process, determines some phenomena of this historical period, such as hunger, desperício, lack of quality and tampering (bio) chemistry of food, allowing for ultimately, the cheapening of the workforce. Analyzing the need for supposedly unlimited expansion, the market demands a relationship progressively explicit, with the bourgeois state. The latter, in the "good global governance" of the crisis, forge a scientific complex inviabilizante any approach awareness of food problems arising from the capitalist sociometabolismo, and this time, it diffuses largely ideological responses, such as post-modern thought, limited to mere complaint (romanticized) of the current food phenomena, and the ideal comfort of transcendental ontology, carrier of overcoming possibilities for a world beyond our immanent reality.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Structural Crise of the Capital. Food. Science.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes			

Fundamentos ontológicos materialista da crise estrutural do capital nas produções (destrutivas e perdulárias) do alimento e da ciência

Este artigo resulta dos estudos realizados na dissertação intitulada *A carência de alimento na formação humana no contexto do capital em crise estrutural: apontamentos lukacsiano-marxianos* defendida ano passado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, a qual foi desenvolvida no interior da linha Marxismo e Formação do Educador, e está vinculada aos estudos ontológicos marxianos promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisa do Movimento Operário. O principal objetivo deste artigo, além da socialização dos resultados, é compreender a atual lógica da crise estrutural do capital na formação humana, partindo da análise da atual realidade dos complexos da alimentação e da ciência.

Desta feita, seguiremos mediante um estudo teórico-bibliográfico acerca das determinações da realidade, ou categorias, na essência da atual formação humana na crise estrutural e apresentada por István Mészáros (1930 -) em sua obra de maturidade *Para além do Capital* (MÉSZÁROS, 2011), mais precisamente na terceira parte desta obra, sobretudo nos capítulos 14 e 15, pois nestas páginas encontrarmos os subsídios para refletirmos em nossas consciências os pormenores da (re)produção social na crise citada.

A realidade da alimentação e da ciência

Reconhecemos que, ao mesmo tempo em que a expansão socioeconômica do mercado tem gerado a destruição da natureza e a degenerescência humana, também engendra um contexto em que o trabalho é capaz de alimentar a todos os indivíduos. No entanto como veremos em Mészáros (2002; 2000), apoiados em Rabelo et all (2012) os limites internos de expansão do capital, situará a lógica da produção destrutiva mediante o investimento em um complexo militar-industrial, para uma produção desenfreada de alimentos subsumindo o valor de uso sobre o valor de troca. A classe trabalhadora, além de ter que enfrentar a luta pela sobrevivência no trabalho explorado, também arcará com as consequências de uma alimentação cada vez mais hostil à sua saúde, não apenas para esta classe, mas também para todo o ser social.

Rabelo *et all* (2012) situa-nos sobre esta forma de produção destrutiva, a partir da compreensão de Mészáros (2002), assinalando como a lógica produtiva é necessária para se administrar a crise estrutural do capital. Segundo Rabelo *et all* (2012, p. 45),

Amparado na crítica marxiana, Mészáros, destaca a segunda grande função do capital, evidenciada com maior profundidade em tempos de crise, que seria a função destrutiva, a qual alcança seu ápice mediante a emergência do complexo militar-industrial. Para o autor, as manifestações destrutivas dessa lei tendencial, dificilmente visíveis na época de Marx, entram em cena com ênfase dramática no século XX, principalmente nas últimas quatro ou cinco décadas, em que o complexo industrial-militar atua sistematicamente como agente todo-poderoso e efetivo do deslocamento das contradições internas do capital.

Assim, a classe burguesa estabelece uma forte aliança do complexo militar-industrial pós-guerra, apropriando-se do conhecimento científico para novas tecnologias na agricultura, em uma superprodução, mediante o uso de tratores (com a motomecânica dos veículos de guerra), de fertilizantes (como a amônia usada nas bombas) e agrotóxicos (usado nos campos de concentração).¹ Tais insumos promovem o aumento da massa vegetal produzida, devido ao crescimento da quantidade de água e carboidratos, entretanto ocasionam a diminuição de outros nutrientes, como vitaminas e sais minerais.²

Foi com o argumento de acabar com a fome no mundo que, a partir da década de 1950 iniciou-se um processo que os teóricos capitalistas denominam de “Revolução Verde”. Nesse sentido, os autores franceses (MAZOYER; ROUDART, 2010) descrevem tecnologias que vieram no pós-guerra, como por exemplo, a motomecanização e a química agrícola. Segundo esta dupla, aos poucos as propriedades rurais estavam saindo de uma produtividade local e regional de subsistência para uma produtividade cada vez maior, na medida em que estes estabelecimentos tornavam-se mais especializados em um determinado produto comercial, tornando-se grandes regiões produtores de apenas uma espécie biológica.

Ao descreverem sobre as duas etapas da chamada Revolução Verde, Andrioli e Fuchs (2012), nos apresentam que na fase inicial investiu-se na mecanização e na aplicação de produtos químicos, tendo seu auge na década de 1970 e 1980. Os autores alertam algumas das conseqüências deste processo produtivo nos sistemas ecológicos tais como a diminuição da circulação de água no solo e a alteração no ciclo de nutrientes, culminando na destruição da diversidade biológica. Com

1 Conforme Rigotto (s/d, p. 1), “Findas as grandes guerras, foi um caminho encontrado pelas indústrias de armamentos para manter os grandes lucros; assim, os materiais explosivos transformaram-se em adubos sintéticos e nitrogenados, gases mortais em agrotóxicos, e os tanques de guerra em tratores”.

2 Refere-se a essa falta de nutrientes, como um efeito chamado de “efeito diluição”, consequência da utilização de produtos químicos para aumentar o peso de alimento produzido, mas que resulta na diminuição da relação quantidade de nutrientes por massa vegetal, ou seja, numa concentração menor de nutrientes nas frutas, folhas e sementes.

isso, gera-se um ciclo em que o solo empobrecido, demandará uma maior quantidade de insumos agroquímicos a serem consumidos, e conseqüentemente, uma necessidade muito bem vinda para o mercado agro-industrial.

A última etapa das transformações tecnológicas na agricultura moderna, esta baseada na aplicação do conhecimento sobre a recombinação de fragmentos de códigos genéticos. Sua disseminação pelos campos do mundo todo, ocorre de forma acelerada após 1996, quando nos EUA, foi aceito legalmente, "como consequência do acordo TRIPS - Trade Related Intellectual Property Rights -, [...] o patenteamento de plantas, abrindo às multinacionais da química o caminho ao mercado da semente" (ANDRIOLI; FUCHS, 2012, p. 110) Assim, foi apenas uma questão de tempo para que os milhares tipos de sementes comestíveis, se resumissem à rentabilidade de algumas dezenas de variedades de culturas plantadas, tornando estas mais uma das *commodities* de especulação nas principais bolsas de valores, a merce de um mercado, interessado em apenas na competição entre os grandes grupos de investidores. As conseqüências ainda estão sendo apresentadas, mesmo com a forte resistência da ordem do capital em crise em aceitar tais resultados.

Após esta fase, o alimento produzido, além de não conter os nutrientes que originalmente teriam, agora carregam contaminantes químicos e biotecnológicos capaz de causar alterações genéticas. O grau de hostilidade do objeto alienado algumas vezes é reconhecido por órgãos oficiais responsáveis por tal fiscalização, no entanto, esta percepção esbarra na falta de capacidade de suporte ideológico capitalista em aceitar tais posições como verdadeiras³. Mesmo assim alguns cientistas desafiam as barreiras do mercado e denunciam os fatos de interesse à classe trabalhadora, ainda que limitados no horizonte da cidadania.

Desta forma, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgão estatal responsável por conhecer) os riscos à saúde, para tentar, no limite do Estado impotente, amenizar a degenerescência. Neste órgão, iniciou-se um estudo anual sobre as quantidades de agrotóxicos⁴ nas frutas e hortaliças dos maiores supermercados das capitais brasileiras, e seus resultados denunciam o fato de que

3 Um dos casos mais conhecidos sobre esta barreira ideológica para os estudos das novas tecnologias usadas na agricultura, é a desqualificação e demissão de Arpad Putszai, cientista que apenas afirmou em rede televisiva inglesa, que, enquanto não se desenvolve maiores estudos sobre as consequências dos transgênicos, estaremos sendo cobaias destes produtos. No seu documentário, *O mundo segundo a Monsanto*, Marie-Monique Robin, entrevista alguns dos cientistas que primeiro ousaram a estudar os efeitos dos transgênicos, alertando para certos riscos, e mesmo assim, tiveram seus estudos desqualificados de "anti-científico" e "ideológico", e muitos deles foram demitidos pelas instituições de pesquisa.

4 "A lei dos agrotóxicos (Brasil, 1989) e o decreto que regulamenta esta lei (Brasil, 2002) definem que essas substâncias são: "os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos" (apud CARNEIRO, 2012, p. 14)

“além da utilização de agrotóxicos não autorizados e agrotóxicos com restrições quanto ao modo de aplicação, os mesmos continuam sendo utilizados no campo, pondo em risco a trabalhadores e consumidores” (ANVISA, 2008, p. 10).⁵

Complementando a pesquisa realizada pela ANVISA, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, ABRASCO, elaborou um dossiê⁶ intitulado “Um alerta sobre os impactos dos Agrotóxicos na Saúde”, contendo os principais estudos desenvolvidos sobre essa temática no país, com a finalidade de fortalecer a construção de políticas na área de Segurança Alimentar e Nutricional relacionada ao Direito Humano à Alimentação Adequada.

O documento, de caráter explicitamente denunciador do atual modelo produtivo capitalista e apresenta propostas de tecnologias as quais podem ser usadas para eliminar a contaminação por estes insumos da “Revolução Verde”, sem comprometer a produtividade de alimentos. Seu referencial de análise, está pautada fortemente no pensamento pós-moderno, e desemboca as soluções para os problemas produtivos na organização de políticas de cunho multiculturalista, mais justas, democráticas e sustentáveis. Seus pressupostos demonstram claramente o posicionamento favorável à um fortalecimento da democracia, considerando um arcabouço de legislações ambientais e sanitárias, dentre estas, a Lei Orgânica da Saúde. O princípio de "direito de todos e dever do Estado" demonstra a vontade humana nas políticas sociais e democráticas, como uma solução para que cidadãos organizados possam acabar com os problemas de um mercado de alimentos em expansão. Sob os princípios do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade, equidade e controle social com participação popular) muitos profissionais da saúde e cientistas de diversas áreas, vêm destacando no mapa brasileiro os problemas sociais e ambientais do complexo agroindustrial capitalista.

Apesar de não fundamentar-se na ontologia marxiana para a superação da sociedade de classes, este documento tem sua importância pois aproxima-nos da realidade objetiva, na atual realidade do mercado de alimento, mediante uma rigorosa apresentação de estudos epidemiológicos sobre os acometimentos à saúde humana e dos impactos ambientais. Os estudos clínicos toxicológicos, apresentados pela ABRASCO, embora iniciais e inconclusivos (segundo os padrões metodológicos hegemônicos) já colocam resultados significativos sobre os possíveis nexos causais

5 A ANVISA, juntamente com o IBAMA, desde 2007 vem negando a liberação de mais um agrotóxico, emamectina, que recentemente o Ministério da Agricultura, em uma decisão unilateral, resolveu liberar tal produto para uso nas culturas de soja e algodão, em caráter emergencial para as safras de 2014-2015. Fonte: *Agrotóxico é liberado mesmo sem consentimento da Anvisa e Ibama*, O Estado de São Paulo, 10 de abril de 2013.

6 Dividido em três partes, a saber: 1) Agrotóxicos, Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde; 2) Agrotóxicos, Saúde e Sustentabilidade, e 3) Agrotóxico, Conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes.

existentes entre o uso de agrotóxico e doenças. Para além dos casos agudos⁷, ressalta a importância de se observar os agravos crônicos à saúde, como “câncer, malformação congênita, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais”(CARNEIRO *et all*, 2012, p. 24).

Entre tantas outras denúncias situadas no primeiro caderno do dossiê (CARNEIRO *et all*, 2012), destacamos a presença destes chamados “biocidas” (assassinos de vidas) no principal alimento para todos os seres vivos, a saber, a água. Conforme os resultados apresentados, substâncias tóxicas foram detectadas na chuva, poças (inclusive em escolas) e na rede de abastecimento domiciliar, demonstrando, conforme os autores, que não se trata apenas de um problema do produtor ou do consumidor, afetando todos os seres vivos no ambiente circundante aos locais de produção, distribuição e consumo. Há casos em que, no momento da pulverização aérea, estes venenos atingiram crianças de uma escola vizinha a plantação, causando graves reações neurológicas, além de Doenças e Agravos Não -Transmissíveis, DCNT.

Em uma leitura rápida dos estudos, podemos deduzir uma correlação diretamente proporcional entre os casos de DCNT com o consumo de agrotóxicos, atingindo principalmente a classe trabalhadora rural, para quem o acesso aos serviços e insumos de saúde são inexistentes, ou quando existentes, precários. No entanto, em raras exceções o sistema de saúde consegue diagnosticar e tratar devidamente alguns casos de DCNT entre os trabalhadores. Vale ressaltar que, não é um acaso que as maiores empresas do setor saúde, sobretudo as indústrias de medicamentos, estão associadas com as indústrias agroquímicas e de sementes.⁸

Além desta degenerescência à saúde do trabalhador, a lógica do capital, também acarreta uma competitividade mais acirrada entre os capitalistas, levando à formação tendencial do monopólio dos grandes grupos do complexo industrial do alimento, alocando enormes empresas em todos os setores (produção, distribuição e consumo). Este monopólio, conforme Mészáros (2011), é uma tendência inerente a lógica contraditória do capital, no qual “[...] tende a prevalecer sobre a

7 Conforme a epidemiologia, casos agudos são acometimentos mais imediatos de um determinado problema de saúde, como por exemplo, casos de intoxicação ocupacional de trabalhadores rurais por agrotóxicos, através do contato direto. Difere dos casos crônicos, os quais são resultados de um problema ou uma exposição ao longo do tempo, como por exemplo, a dose diária de agrotóxicos ingerida nos alimentos contaminados. Pelos sintomas agudos provocados por agrotóxicos, realiza-se a classificação toxicológica destes agentes, em quatro diferentes categorias: extremamente tóxicos; muito tóxicos; moderadamente tóxicos, e pouco tóxicos. Para determinação dos casos crônicos, é necessário informações como a quantidade e a classificação toxicológica do agente químico em relação ao perfil epidemiológico.

8 Conforme o estudo desenvolvido por Pela e cols (2010), a Bayer, além de ser uma das maiores indústrias farmacêutica, é também uma das maiores vendedora de agrotóxicos, sendo responsável por 16% das vendas no mercado mundial de agrotóxicos em 2008, perdendo apenas da Syngenta (ligado ao grupo Sanovi-Aventis), com 19%. À grosso modo, os mesmos grupos que mais lucram com a alta venda de agrotóxico, causando envenenamento, também são os que mais lucram com os medicamentos, sementes e alimentos, e assim, estabelecendo um monopólio de mercado sobre os produtos necessários à promoção e recuperação da vida (GUAZZELLI e PEREZ, 2010; PELAEZ et al, 2010).

CONCORRÊNCIA, à medida que o sistema do capital, como sistema de produção, avança historicamente em direção a seus limites estruturais últimos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 654).⁹

Muitas críticas têm sido levantadas a este mercado de alimentos, uma delas nos chama especial atenção, uma vez que apresenta uma concepção político humanista fundamentada no legado de Josué de Castro (1908 – 1973), para compreender a fome enquanto um fenômeno de raízes sociais. Trata-se da análise de Ziegler (2013) no que se refere a uma nova geopolítica da fome.

O ex-relator da FAO Jean Ziegler (1934 -) apresenta algumas informações sobre o cenário de destruição em massa causado pela lógica do capital na agroindústria, ressaltando que a causa principal está na economia desumana e na falta de um Estado que garanta os direitos humanos. Segundo Ziegler (2013, p.195) atualmente "a política agrícola mundial, em particular a questão da segurança alimentar é determinada pelo Banco Mundial, pelo FMI e pela OMC". O autor se dedica a levantar inúmeros fatos históricos e informações político-econômicas para explicar a lógica do neoliberalismo (terceira parte de seu livro). Em seguida levanta críticas a atual política de combate à fome da FAO (quarta parte) frente a determinação econômica do alimento ou para a produção de biocombustíveis (quinta parte), finalizando com algumas considerações sobre a especulação financeira dos "especuladores agroalimentares" (sexta parte).

De maneira geral, a crítica de Ziegler (2013) está direcionada ao ideário neoliberal, que em detrimento do direito humano ao alimento diário, causa um verdadeiro "apocalipse" por onde se instala. Segundo ele, o livre-comércio é a principal causa das mortes pela fome e o Estado tem sido cúmplice do crescimento do mercado de forma desregulamentada. O autor denuncia o fato de que as organizações internacionais são impotentes frente esta lógica competitiva entre os neoliberais. O motivo da "ruína do Programa Alimentar Mundial (PAM)" e da "impotência da FAO" ocorre, na visão do autor, pela diminuição do financiamento das ações Estatais no combate a fome, levando aos funcionários do PAM a difícil tarefa de ter que selecionar entre os esfaimados, quais irão sobreviver¹⁰. Ziegler (2013) denomina esta seleção (em última instância social), no racionamento da fome, como sendo a principal função que as ações humanitárias têm conseguido desempenhar.

9 Segundo o jornal The Wall Street Journal, do dia 24 de junho de 2015, pelo menos desde 2011, a maior empresa de sementes transgênicas, Monsanto, tem negociado a compra da Syngenta, a maior em vendas de agrotóxicos. (Fonte: br.wsj.com)

10 A falta de recursos estatais levou a PAM nos dias de hoje a se autodeclarar com orgulho implícito, como uma organização mantida integralmente por doações de pessoas físicas e jurídicas, além de contar com o trabalho de voluntários para seus projetos humanitários. A relação das grandes empresas solidárias a este projeto, podem ser encontrada no sítio eletrônico da FAO www.fao.org

Nesta "grande vitória dos predadores" neoliberais, Ziegler (2013) apresenta duas particularidades que caracterizam a produção agrícola, e ao mesmo tempo a da fome. Ele trata especificamente em duas finalidades capitais destinadas à atual produção agrícola: ou a fabricação de biodiesel dos "abutres do 'ouro verde'", ou a especulação financeira dos maiores grupos acionistas, ou, como ele denomina, verdadeiros "tubarões-tigres" nas bolsas de valores de commodities. Ele ressalta que no primeiro caso, a produção agrícola ao invés de ser destinado ao combate à fome tem sido literalmente usado para queimar a comida na forma de combustível acarretado um aumento no conflito de terra entre grandes proprietários do "ouro verde" e as comunidades rurais. Por sua vez estes conflitos, acabam determinando, tanto a retirada das massas esfaimadas para lugares mais pobres, como sua manutenção no local submetendo a condições de extrema exploração os trabalhadores rurais, como no caso dos "boias frias" da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro.

No segundo caso, a fome é causada pela especulação dos preços dos alimentos, engendrando uma verdadeira guerra entre especuladores ávidos pelo lucro. Com as oscilações bruscas na cotação dos principais alimentos negociados no mundo, em certos momentos o preço se eleva, aumentando o número de pessoas na massa de esfaimados. Para Ziegler (2013) este aumento dos preços das commodities agrícolas causou em 2008, uma crise no mercado mundial de alimentos, obrigando a ONU à criar uma Força-Tarefa de Alto Nível para a Crise Global de Segurança Alimentar¹¹, no sentido de que seus órgãos desenvolvam, além das ajudas emergenciais humanitárias, ações no sentido de controle e monitoramento dos preços dos alimentos. Após este período evidenciamos inúmeras ações dos órgãos do sistema da ONU¹², no sentido de buscar administrar o mercado, tornando a economia mais resiliente às crises. Conforme o economista suíço, tais crises são praticamente inevitáveis, no entanto podem ser amenizadas com alguns objetivos, entre estes a regulação do papel dos investimentos especulativo.

11 "Para resolver a crise crescente, o Secretário-Geral propôs a criação de uma Força-Tarefa, que, em julho de 2008, publicou o seu Quadro de Ação Global. Composto de 20 membros do Sistema da ONU, é presidido pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon. O vice-presidente é Jacques Diouf, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Seu amplo quadro define ações para atender às necessidades imediatas das populações vulneráveis. Estas incluem a assistência alimentar, as intervenções de nutrição, o desenvolvimento de redes de segurança e mudanças nas políticas comercial e fiscal. Outras ações visam criar em longo prazo um sistema global de alimentos e nutrição mais resiliente. Estas incluem medidas de proteção social, o apoio ao pequeno agricultor local e a regulação do papel dos investimentos especulativos nos mercados de alimentos internacionais." Disponível em <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-alimentacao/>

12 Chama atenção para o "O Novo Acordo na Política Global de Alimentos do Banco Mundial trabalha a curto, médio e longo prazo, através de redes de segurança tais como merenda escolar, alimentos por trabalho e transferências condicionais de dinheiro." Para uma relação completa do projetos de cada organização confira em www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-alimentacao/

Por fim, Ziegler (2013) propõe como alternativa que venha a solucionar este cenário capitalista do alimento, o apelo à boa vontade política, para uma democracia que (supostamente) elimine a impotência dos Estados (em controlar o mercado e de ofertar políticas de alimentação), mediante as mobilizações gerais elementares para a participação dos trabalhadores rurais, conclamando aos movimentos sociais em cumprirem a sua função de protagonistas da história. Segundo ele:

O império planetário dos trustes agroindustriais cria a penúria, a fome de centenas de milhões de seres humanos - cria a morte. A agricultura familiar e de víveres, ao contrário, sob a condição de ser apoiada pelos Estados e de contar com os investimentos e os insumos necessários, é garantia de vida. Para todos nós. (ZIEGLER, 2013, p. 326)

Em linhas gerais, a obra de Ziegler (2013) segue a tradição de humanista cidadão de Castro, e continua descarregando as críticas à economia selvagem, que leva à um livre comercio de crescimento tendencialmente ilimitado.

A fome causada pela produção destrutiva

Ziegler (2013), relembra a importância deste autor brasileiro Josué de Castro, quando apresentou seus estudos para compreender a fome na Europa, como resultado das guerras mundiais, comumente usada para verdadeiros genocídios. Segundo o autor, a descrição sobre a fome como herança do nazismo vem de Castro, ao relatar as políticas nazistas de restrições alimentares. Os detalhes apresentado por Ziegler (2013, p.126), ajudam-nos a perceber a organização desta estratégia de guerra chamada o "Plano da fome"¹³.

Dividiram, assim, as populações submetidas a seu jugo em quatro categorias:

Grupo de população "bem alimentados": compostos por populações que assumiam, para a maquina de guerra alemã, uma função auxiliar;

Grupo de população "insuficientemente alimentados": englobando populações que, dadas as requisições de alimentos pelos nazistas, deveriam satisfazer-se com rações diárias de mil calorias por adultos;

Grupos de "famintos": constituídos por populações que os nazistas decidiram reduzir, mantendo o acesso à alimentação abaixo do nível de sobrevivência. Faziam parte desta rubrica os guetos judeus da Polônia, da Lituânia, da Ucrânia, etc,

Grupos destinados a serem "exterminados pela fome": em alguns campos de extermínio, a "dieta negra" era utilizada como arma de destruição.

Esta política da fome foi construída por uma organização reconhecida pelo autor suíço, como a "batalha do abastecimento", que permitiu ao partido nazista, antes mesmo de instaurada a

13 Ziegler (2013, p 131) afirma que os órgãos de segurança de Hitler, "concebera um plano científico de liquidar pela fome certos grupos populacionais "indignos de viver": o *Hungerplan* ("Plano da Fome").

guerra, controlar os estoques de muitos países vizinhos. Conforme os estudos de Ziegler (2013), a pilhagem foi organizada sistematicamente durante a guerra, com o uso de muito conhecimento científico peneiras de concepção racistas. Um exemplo desse processo, é a eugenia, que apropriava-se indebitamente dos conceitos da teoria darwinista, da seleção natural entre espécies biológicas, para justificar a abundância de alimentos no grupo denominado como biologicamente superior, além do extermínio pela fome daquelas raças consideradas inferiores. Aqui percebemos uma tentativa de aplicar as leis biológicas em uma determinação social, uma extrapolação das leis biológicas para explicar a sociedade, que além de ser falsa pôde ser apropriada para fundamentar uma sociabilidade de explícito extermínio entre indivíduos e culturas.

Assim, o Plano da Fome nazista foi pensado e executado utilizando-se daquilo que seu contexto possibilitava, e com a apropriação de meios como instrumentos tecnológicos para registrar e separar rigorosamente cada porção alimentar individual. Além de instrumentais tecnológicos, utilizaram igualmente dos meios intelectuais, como concepções ideológicas idealistas, fundamentais para justificar a ideia do determinismo biológico da "raças humanas", e da superioridade de uma sobre a outra. Com efeito, Ziegler (2013) nos relata que muitos cientistas nazistas nos campos de concentração naturalizavam as cenas de antropofagia entre aqueles submetidos ao extermínio pela fome, para usar este fato como argumento na defesa de uma suposta inferioridade daqueles grupos.

É importante lembrarmos que além do Plano da Fome, a guerra dizimou boa parte dos estoques de matéria prima e força de trabalho para a agricultura, conforme Ziegler (2013, p. 136),

um dos problemas mais difíceis de serem solucionados, afetando diretamente a produção de alimentos, foi a falta de fertilizantes. Na França, a quantidade de fertilizantes minerais disponíveis alcançava 4.000.000 de toneladas em 1939; em 1945 caíra a 250.000 toneladas. [...] Outro problema consistiu na falta de mão de obra agrícola. Mais de 100.000 agricultores franceses abandonaram a terra entre 1939 e 1945 -seja porque sua propriedade foi destruída, seja porque o ocupante os arruinou financeiramente. E, durante a guerra, 400.000 agricultores foram aprisionados e 50.000 assassinados

O autor resume afirmando em Castro, que "a recuperação foi lenta e dolorosa". As análises de Castro voltaram-se para este contexto de devastação pós-guerra. Os discursos oficiais dos Estados também estavam pautados pelo imperativo da segurança nacional, e uma das medidas desta, é justamente o controle dos estoques de alimentos para a defesa contra esta poderosa estratégia de guerra, que é a fome. Esta segurança nacional, de cunho militar, é subtendido nas ações do Estado, sob o discurso da cidadania e da promessa democrática da paz mundial, defendida pela ONU, e fortalecida por Castro.

Ao final da guerra, segundo o autor, a fome ainda permaneceu alguns anos, o que levou aos dirigentes de alguns Estados, direta ou indiretamente relacionados com os interesses de um mercado

em expansão, sobretudo os Estados Unidos da América e Inglaterra, a pensaram em estratégias políticas e econômicas para alimentação. Segundo Ziegler (2013, p 137),

Os sofrimentos, as privações, a subalimentação e a fome experimentados pelos europeus durante os anos sombrios da ocupação nazista tornaram-nos mais receptivos às análises de Josué de Castro. Rejeitando a ideologia malthusiana da lei da necessidade, eles convictamente se engajaram, então, na campanha contra a fome e na construção de organizações internacionais encarregadas de conduzir esse combate.

A seguir, apresentaremos a nossa compreensão de capital e os fundamentos da crise, para compreendermos que nem a proposta centrada nas mudanças econômicas, muito menos aquelas enraizadas na reforma política, podem controlar a ordem destrutiva e perdulária do capital no encontro com seus limites de crescimento, e colocando no dever da humanidade a urgente e necessária possibilidade de objetivar uma alimentação voltada para a superação da luta de classe, pelo fim do trabalho alienado (*Entfremdung*).

Fundamentos do Capital

Muito resumidamente, entendemos, para o intuito deste artigo, o capital enquanto uma relação social, alienada e fundada na violência de classes sociais modernas, e objetivada mediante a troca entre duas principais classes de sujeitos: aqueles que possuem os meios objetivos para a reprodução da vida social (a sua própria e a de todos), e aqueles que só possuem sua força de trabalho; a finalidade dos primeiros pode ser resumida na necessidade de ampliar a sua propriedade privada de toda a riqueza produzida; por sua vez, a essencial intenção da classe trabalhadora é a sobrevivência, não apenas sua, mas de toda a humanidade, a qual poderá ser organizada sem o antagonismo de classes. Lembramos que o capital é anterior ao capitalismo, embora a luta de classes ocorreu por outras formas de alienação do trabalho (como o escravismo na antiguidade e, posteriormente a servidão no feudalismo).

Assim, o capitalismo, ou a organização das relações social ancoradas na (re)produção do capital, difere dos outros modos de produção econômica historicamente anteriores, pois não interessa à propriedade privada capitalista a posse do indivíduo trabalhador como um todo, mas apenas de sua força de trabalho. Se antes, as classes dominantes se preocupavam em criar condições para a manutenção de seus escravos e servos, hoje, no capitalismo, estas classes ocupam seus esforços apenas da formação da força de trabalho. Ocorre um fenômeno somente

encontrado na sociedade moderna, descrito por Mészáros como “a disjunção de necessidade e produção de riqueza”, a partir da seguinte citação de Marx,

Na Antiguidade... *a riqueza não aparece como a finalidade da produção...* A questão é sempre que modo de propriedade cria os melhores cidadãos. A riqueza aparece como um fim em si mesmo apenas entre os poucos povos comerciais – monopolistas do comércio de longa distância – que viviam nos interstícios do mundo antigo, como os judeus na sociedade medieval. ... Portanto, a antiga visão na qual *o ser humano* aparece como a *finalidade da produção*, que não leva em consideração o seu limitado caráter nacional, religioso ou político, parece muito grandiosa quando comparada ao mundo moderno, no qual a *produção aparece como o objetivo da humanidade e a riqueza como o objetivo da produção* (MARX apud MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

ou seja,

Para tornar a produção de riqueza a finalidade da humanidade, foi necessário separar o valor de uso do valor de troca, sob a supremacia do último. Esta característica, na verdade, foi um dos segredos do sucesso da dinâmica do capital, já que as limitações das necessidades dadas não tolham seu desenvolvimento. O capital estava orientado para a produção e a reprodução ampliada do valor de troca, e portanto poderia se adiantar à demanda existente por uma extensão significativa e agir como um estímulo poderoso para ela. (MÉSZÁROS, 2011, p.606)

Desta forma, o que interessa aos capitalistas, não é as condições de um sensata, ou genuína, produção da vida de cada indivíduo, mas apenas, ofertar o mínimo necessário de condições sociais para a obtenção da mercadoria “força de trabalho”, para que atenda a produção de mais capital. Produz a força de trabalho igualmente à uma mercadoria, e o objetivo deste processo é torná-la cada vez mais apta para a manutenção da propriedade privada.

As condições de vida do trabalhador fora do processo de trabalho, somente interessa ao capital se for assegurada mediante a troca de mercadorias. Assim, os mantimentos alimentares que antes eram produzidos com o objetivo do seu valor de uso, e ao mesmo tempo um homem como finalidade da produção, enquanto que no capitalismo o valor de troca assume a primazia na produção, e ao mesmo tempo, a produção dos homens enquanto sujeitos da troca, ou consumidores de mercadorias. Tendencialmente, no capitalismo só se alimenta quem vende sua força de trabalho, e só é possível vender essa força se tiver comprado seu alimento. Cria-se uma necessidade alienada, a reprodução do capital, a qual subsume uma necessidade genuinamente social para qualquer atividade humana, a alimentação. Nesta disjunção entre a produção de riqueza e as necessidades humanas, a escassez, a fome, a penúria e a miséria são

tendências inerentes ao avanço produtivo das riquezas, e como uma contradição tendencial no capitalismo; por conseguinte, quanto mais o trabalhador produz, mas ele degenera a si - mesmo, os seus próximos e a natureza.

Desde o início do capitalismo, a degenerescência acompanha os processos produtivos dos alimentos, atingindo principalmente aos trabalhadores rurais, importantes sujeitos para a produção mundial de alimentos, mas que no modelo alienado de produção capitalista, produzem e consomem mercadorias agrícolas para grandes grupos capitalistas. A lógica deste modo de produção impacta na transmissão ideológica de que os verdadeiros produtores de alimentos, os trabalhadores rurais, não são considerados com tais. A mistificação é tamanha, que uma das conseqüências é considerar os capitalistas, que não estão diretamente transformando natureza, mas são propagandeados como os “produtores” de alimentos, enquanto que os reais produtores são considerados como meros consumidores. Até o consumo é tido como um ato de troca, sendo um bom consumidor para o mercado aquele que gasta mais o seu dinheiro, e não aquele que aproveita ao máximo o valor de uso. Destarte, o produto é considerado uma mercadoria, o produtor com um consumidor, e o consumo é resumido em termos de gastos financeiros.

É nesta reflexão sobre as conseqüências da reprodução capitalista na exploração do trabalho, naturalizada pelos clássicos da economia-política, aprofundada por Marx mediante uma compreensão ontológica materialista (ainda que não consciente), e recentemente retomada na tese meszariana sobre a crise estrutural do capital, que podemos iniciar a reflexão a cerca da produção destrutiva e perdulária.

A produção destrutiva e perdulária

Para Mészáros (2011), trata-se de uma crise diferenciada daquelas apresentadas anteriormente. Trata-se de contextualizar o desenvolvimento do capital deparando-se com limites internos e inerentes de suas contradições, e para manter sua ordem sociometabólica, forja novas necessidades à produção de riquezas, na qual uma das possibilidades é a autodestruição da humanidade, por diversas vezes. A abundante produção de mercadorias no atual cenário de desemprego estrutural, acarreta uma baixa realização do capital mediante o consumo mercadológico. O fosso existente entre as necessidades do capital e as humanas, está tamanho, que tem colocado a produção do desperdício e da destruição das mercadorias, entre elas a força de trabalho, como uma, entre tantas, tentativa de solucionar a diminuição das taxas de lucros.

Este limite inerente ao capitalismo, adquire na crise estrutural uma forma agonizada, não apenas no acesso ao mercado de alimentos, mas na qualidade dos produtos alimentares, tornando-os meros receptáculos para o valor de troca, independentemente das conseqüências da produção e do consumo. Cada vez mais, observamos na mídia notícias sobre as conseqüências do uso de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados, desperdício de alimentos, entre outros fatos em que alguns cientistas tentam pesquisar e denunciar os impactos sobre o ser social.

Mészáros coloca como uma outra contradição tendencial do capital nesta crise, é as alterações sobre a taxa de utilização decrescente no capitalismo. Segundo ele,

A taxa de utilização decrescente está, em certo sentido, diretamente implícita nos avanços realizados pela própria produtividade. Ela se manifesta, em primeiro lugar, na *proporção variável* segundo a qual uma sociedade tem que alocar quantidades determinadas de seu tempo disponível total para a produção de bens de *consumo* rápido (por exemplo, produtos alimentícios), em contraponto aos que continuam *utilizáveis* (isto é, *reutilizáveis*) por um período de tempo maior: uma *proporção* que obviamente tende a se alterar a favor dos *últimos*. Sem essa alteração seria inconcebível um desenvolvimento sustentável e potencialmente emancipatório. (MÉSZÁROS, 2011, p. 639-640)

Compreendemos neste estudo certos pormenores da degenerescência humana na ordem de (re)produção capitalista nos complexos alimentar e científico.

Como não há possibilidade de aprofundar as categorias, começamos por breves esclarecimentos sobre nossa perspectiva de análise, a nossa lupa de aproximação da realidade.

Considerações

Recentemente observamos em muitos veículos de comunicação (incluindo os grandes grupos) notícias denunciando os malefícios do atual modelo de produção (e conseqüentemente de distribuição e de consumo) de alimentos em nossa sociedade, tais como, a obesidade e o desperdício, concomitante e contraditoriamente em meio a fome e a carência. Soma-se à isso, a trágica contaminação humana e ambiental (por agrotóxicos ou modificação genéticas), e entre outros efeitos os quais descrevem um calamitoso quadro de morbi-mortalidade e degradação ambiental, devido a atual particularidade do metabolismo social na ordem capitalista de reprodução em crise estrutural.

Para explicar as causas a maioria destes meios recorrem à cientistas, os quais (ainda que não tenham consciência) estão fundamentados em formas de sistematização do conhecimento em pressupostos filosóficos anti-ontológicos, que conforme Lukács, variam entre as formas

neopositivista de manipulação, de tudo e todos; na tentativa de contrapor esta, inúmeros cientistas vem aderindo ao irracionalismo neokantiano, que, como Kant, negam totalmente a possibilidade de conhecer racionalmente a realidade como ela é, mas ao contrario deste filósofo, defendem uma certa inexistência de uma verdade objetiva, transformando idealmente esta em um consenso de múltiplas verdades subjetivas. Nossa perspectiva ontológica difere destas duas, por apresentar uma análise fundamentada na ontologia do ser social, para entendermos as causas e soluções radicais para os problemas alimentares, sem recorrermos à manipulação estatística positivista, mas evitando uma posição multiculturalista da realidade. Para tal empenho, estamos alicerçados na análise marxiana do movimento histórico dialético, sobre a qual compreendemos o trabalho enquanto o ato engendrador da vida social, embora, é importante frisar, que nem toda atividade humana se resume ao este ato.

Além de apresentar as causas, os cientistas destes dois pressupostos hegemônicos, o neopositivismo e o irracionalismo, apresentam soluções, ora centralizadas na política, ora na economia. Nesta maneira, percebemos medidas colocadas que tentam amenizar os impactos do modelo econômico atual, com a proposta de um “eco-mercado”, em uma economia solidária com uma pretensa “sustentabilidade social, cultural e ecológica”; outras soluções apontam a necessidade de mudanças na política, mediante reformas dos marcos legais, a defesa da cidadania e da democracia como o caminho para resolver os impactos do modelo produtivo capitalista. Em ambas as propostas, o capitalismo não é encarado nas suas bases fundamentais, a saber, na compra e venda da força de trabalho. Obliterando estas bases objetivamente encontradas e fundantes para a superação radical do capital, recorrem para o apela de mudança (na maioria das vezes apenas individuais, sem considerar a sociedade em que eles vivem) para relações sociais mais humanizadas, tendo como estratégia o direito à segurança e/ou soberania alimentar, mas sem superar o horizonte capitalista.

Diferentemente das propostas que tentam humanizar o capital, nossa fundamentação intenciona capturar na realidade como ela se apresenta, e pelo histórico de desenvolvimento do capital, desde sua origem, percebemos a impossibilidade desta tentativa ser concretizada, ou seja, capital e humanidade são inconciliáveis, e qualquer iniciativa neste sentido fracassará em favor do capital. Destarte, as propostas de um “consumo consciente” ou de uma “produção sustentável” de alimentos sem eliminar a lógica de produção de mercadoria, não serão mais do que idéias formais, malogradas na real necessidade de expansão capitalista da propriedade privada.

Nesta contradição interna do capital, tanto maior quanto for a forma de desenvolvimento da sociedade em torno desta relação social, percebemos a essência da impossibilidade de alimentarmos a todos no atual sistema do capitalismo, e o malogro que qualquer solução econômica ou pela via política que não colocam clara e conscientemente a superação do trabalho alienado na produção de riqueza para a propriedade privada.

Todos os projetos políticos que levantaram e ainda levantam a alimentação universal esbarram neste limite capitalista, agudizado pela crise estrutural do capital. Inclusive no período de crescimento econômico pós-guerra, com a genialidade de pessoas como Josué de Castro, dentro da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) ou na Associação Mundial de Combate a Fome, que pensaram e apresentaram programas para a alimentação de todos, foram tentativas malogradas, ecos no deserto.

Este intuito, pós década de 1970, e principalmente nos dias de hoje, tornaram-se diretrizes políticas que preenchem, para a convivência de grupos interessados em manter uma boa governança (do mercado) mundial, e que dependem, quase que exclusivamente de doações da iniciativa privada e do voluntariado.

Referências Citadas:

- ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (org). **Transgênicos: As Sementes do Mal.** A silenciosa contaminação de solos e alimentos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANVISA. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos.** Brasília, 2009.
- CARNEIRO, F F; PIGNATI, W; RIGOTTO, R M; AUGUSTO, L G S. RIZOLLO, A; MULLER, N M; ALEXANDRE, V P; FRIEDRICH, K; MELLO, M S C. **Dossiê ABRASCO, Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** ABRASCO, Rio de Janeiro, abril de 2012. 1ª Parte.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011. Cap. 16-21.
- RABELO, Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ, Susana; CARMO, Maurilene do. A produção destrutiva como princípio da lógica expansionista do capital em crise. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana. **Ontologia, Estética e Crise Estrutural do Capital.** Campina Grande: EDUFCEG / Fortaleza:EdUECE, 2012, p. 37-59.
- RIGOTTO, Raquel Maria. **Agrotóxicos.** Mimeo. S/d.
- ZIEGLER, Jean. **Destrução em Massa: Geopolítica da Fome.** São Paulo: Editora Cortez, 2013.